
***REAG Distribuidora de
Títulos e Valores
Mobiliários S.A.***
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
REAG Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que



REAG Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.

ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



REAG Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PRO50377/O-6



Dezembro 2023

Relatório da Administração

REAG DTVM

Comentários de Desempenho	03
Panorama Econômico	04 - 06
Sumário Executivo	07

Comentários de Desempenho

Srs. Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Inflação

No último trimestre do ano, o crescimento das economias avançadas confirmou as expectativas de arrefecimento, refletindo o forte aperto monetário observado ao longo do ano. Nos EUA, após uma forte alta de quase 5,0% (em termos anualizados) no terceiro trimestre, o PIB desacelerou para um crescimento ainda robusto, de 3,3%. Já na Zona do Euro, o desempenho anêmico voltou a se repetir, mas a alta de 0,1% no trimestre acabou evitando a caracterização de uma recessão técnica. Na China, embora as estatísticas oficiais indiquem que o governo alcançou a meta de crescimento de 5,0% para o ano, a deflação dos preços ao consumidor, a taxa de desemprego elevada e o fraco desempenho de indicadores como a produção de aço, vendas no comércio varejista e construção imobiliária indicam que as preocupações com o desempenho da economia chinesa continuarão elevadas ao longo dos próximos meses.

A inflação global continuou evoluindo favoravelmente, permitindo aos principais bancos centrais encerrarem oficialmente o ciclo de aperto monetário. Nos EUA, com as principais medidas de núcleo de inflação oscilando em torno da meta de 2% a.a., o Federal Reserve sinalizou a possibilidade de iniciar de um ciclo de afrouxamento monetário nos próximos meses. O alívio da inflação e a atividade econômica frágil deverão permitir que o Banco Central Europeu e o Banco da Inglaterra sigam o mesmo caminho.

A proximidade de um ciclo de afrouxamento monetário nas economias centrais beneficiou o apetite à risco nos mercados globais, proporcionando elevação dos principais índices acionários e valorização das moedas dos países emergentes.

Atividade Econômica

A economia brasileira confirmou a tendência de acomodação. Após registrar leve alta no trimestre anterior (+0,1%), o PIB deverá manter-se próximo da estabilidade no quarto trimestre. Com isso, projetamos crescimento próximo a 3,0% para o ano de 2023.

No lado da demanda, o destaque positivo caberá ao consumo das famílias, que deverá encerrar o ano com crescimento de 2,6%. Na contramão, os investimentos negativos devem apresentar queda de 1,9%.

Já no lado da oferta, o principal destaque positivo ficará por conta do setor agropecuário, que deverá encerrar o ano com um vigoroso crescimento de 13,0%.

Panorama Econômico

Serviços (1,9%) e indústria (1,3%) também registrarão crescimento anual, embora em ritmo moderado.

Para 2024, projetamos um crescimento de 2,0%. A desaceleração em relação ao resultado de 2023 ficará por conta do setor agropecuário, que deverá registrar desempenho mais modesta, com alta de 1%. Os serviços deverão crescer 1,7%, ao passo que a indústria apresentará expansão de 1,6%.

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho manteve o bom desempenho observado ao longo do ano. A taxa de desemprego encerrou 2023 em 7,4% - menor patamar desde o fechamento de 2015.

A queda do desemprego foi ancorada pela alta da ocupação, que encerrou 2023 com crescimento de 1,6%. Após dois anos consecutivos em recuo, a renda real voltou a crescer no ano passado, com alta de 3,1% na comparação entre os meses de dezembro de 2023 e dezembro de 2022. Contribuíram para esse resultado a queda forte da inflação e a recomposição do rendimento nominal. O bom desempenho da ocupação e a recuperação da renda real proporcionam um crescimento robusto da massa de rendimentos, que se expandiu 4,5% entre os meses de dezembro do ano corrente e do ano anterior.

Inflação

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor – Amplo) registrou elevação de 4,6% em 2023, representando uma desaceleração significativa em relação à alta de 5,8% no ano anterior. Entre os fatores que explicam a melhora na dinâmica inflacionário destacam-se a redução da inflação global, a política monetária apertada, a desaceleração da atividade econômica e o recuo dos preços das commodities agrícolas e energéticas.

Essa dinâmica mais favorável decorreu inteiramente do desempenho dos preços livres, que desaceleraram de 9,4% em 2022 para 3,0% em 2023. O principal destaque coube aos preços industriais, com alta de apenas 1,1%. Já os serviços apresentaram elevação de 6,2%.

Os preços administrados, por outro lado, apresentaram forte elevação em 2023 (+9,2%), bem acima da queda de 3,8% em 2022. Essa aceleração se deve essencialmente à reversão da redução dos tributos sobre o preço dos combustíveis

e das tarifas de energia implementada no ano anterior.

Política Fiscal

O Tesouro Nacional apresentou déficit primário de R\$ 230,5 bilhões em 2023 (2,1% do PIB), representando significativa deterioração em relação ao superavit de R\$ 46,4 bilhões em 2022 (0,5% do PIB). Excetuando-se o pagamento de R\$ 92,4 bilhões em precatórios federais, de acordo com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7064, o déficit primário encerrou o ano em R\$ 138,2 bilhões.

Para 2024, antecipamos redução do déficit primário para cerca de 0,7% do PIB.

Política Monetária

O bom desempenho da inflação ao longo de 2023 vem possibilitando a continuidade do afrouxamento monetário iniciado em agosto. Antecipamos que o Copom continuará reduzindo os juros gradualmente, ao ritmo de 0,5%, com a taxa Selic chegando a 8,5% a.a. em 2024.

Sumário Executivo

Receita de Prestação de Serviço R\$53.078 mil Δ +55% vs.31/12/2022	EBITDA (R\$3.237) mil Δ -149% vs. 31/12/2022	Prejuízo Líquido (R\$2.816) mil Δ -158% vs. 31/12/2022	Caixa e Equivalentes R\$10.243 mil Δ +11951 vs. 31/12/2022
--	--	--	--

Destaques do Resultado das Demonstrações Financeiras

A Companhia encerrou na data base de 31 de dezembro de 2023 com um prejuízo de R\$ 2.816 mil, uma variação negativa de 158% comparada ao período do ano anterior que totalizou R\$ 4.890 mil de lucro líquido.

A receita de prestação de serviço foi de R\$ 53.078 mil, um aumento de 55% superior ao mesmo período do ano anterior que totalizou R\$ 34.237 mil. Vale ressaltar que o aumento das receitas se deve pelas autorizações recebidas e captação de novos clientes, o que originou um aumento expressivo da receita.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 36.553 mil, aumento de 88% comparado com o mesmo período do ano anterior que totalizou R\$ 19.430 mil. O aumento deve-se aos investimentos realizados nas áreas de infraestrutura e tecnologia para otimização dos processos e melhor atendimento ao cliente.

As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios. A estrutura organizacional e operacional implementada é compatível com aquela estabelecida no plano de negócios e adequada à natureza e à complexidade dos produtos, serviços e atividades da Companhia.

Destacamos que o Grupo REAG encerrou na data base de 31 dezembro de 2023 com 463 fundos administrados com um total de R\$ 191,18 bilhões de Patrimônio Líquido.





REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2023 e 2022

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Balanços patrimoniais dos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)



	NE	2023	2022		NE	2023	2022
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Disponibilidades	5	10.243	85	Depósitos	11	100.933	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	92.138	-	Obrigações tributárias	12	484	1.441
Títulos e valores mobiliários	7	1.245	4.738	Obrigações trabalhistas	13	3.034	673
Rendas a receber	8	297	5.954	Cretores diversos	14	4.227	3.401
Imposto de renda e contribuição social	19	1.435	-	Dividendos e JCP		-	462
Outros créditos	9	5.362	151				
Total do ativo circulante		110.720	10.929	Total do passivo circulante		108.678	5.977
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Imobilizado	10	1.091	749	Provisão para contingências	15	47	-
Total do ativo não circulante		1.091	749	Total do passivo não circulante		47	-
				Patrimônio líquido	16		
				Cotas no país		1.500	1.300
				Reserva de lucros		1.586	4.402
				Total do patrimônio líquido		3.086	5.702
Total do ativo		111.811	11.678	Total do passivo e patrimônio líquido		111.811	11.678

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	NE	2º. Semestre		
		2023	2023	2022
Receitas da intermediação financeira				
Rendas com títulos e valores mobiliários	17	2.759	5.638	201
		2.759	5.638	201
Resultado da intermediação financeira				
Outras receitas (despesas) operacionais				
Receitas de prestação de serviços	18	34.437	53.078	34.237
Despesas de pessoal	18	(14.377)	(20.400)	(6.152)
Despesas administrativas	18	(19.694)	(36.553)	(19.430)
Outras despesas operacionais	18	(3.836)	(5.243)	(2.493)
Outras receitas operacionais	18	5	5	53
		(706)	(3.475)	6.416
Resultado operacional				
		(706)	(3.475)	6.416
Resultado antes dos tributos				
Imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	368	(96)	(1.526)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	754	754	-
		416	(2.817)	4.890
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício				
Quantidade de ações		800.000	800.000	800.000
(Prejuízo) lucro líquido por ação		0,5.1943	(3,52057)	6,11250

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)



**Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais)

	2º. Semestre		
	2023	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	416	(2.817)	4.890
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	416	(2.817)	4.890

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstrações das mutações do patrimônio em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)



	Reserva de lucros para investimentos				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2022	800	68	1.167	-	2.035
Resultado abrangente do exercício					
Lucro líquido do período	-	-	-	4.890	4.890
Destinação do lucro líquido do exercício					
Aumento de capital	500	(11)	(489)	-	-
Constituição de reserva para investimentos	-	245	4.645	(4.890)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(958)	-	(958)
Juros sobre capital próprio	-	-	(265)	-	(265)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.300	302	4.100	-	5.702
Saldos em 01 de janeiro de 2023	1.300	302	4.100	-	5.702
Resultado abrangente do semestre					
Prejuízo do semestre	-	-	-	(2.816)	(2.816)
Destinação do lucro (prejuízo) do semestre					
Aumento de capital	200	-	(200)	-	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	(2.816)	2.816	-
Juros sobre capital próprio	-	-	201	-	201
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.500	302	1.285	-	3.086

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**(CNPJ: 34.829.992/0001-86)****Demonstrações das mutações do patrimônio em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais)



Saldos em 01 de julho de 2023	1.300	302	1.068	-	2.670
Resultado abrangente do semestre					
Prejuízo do semestre	-	-	-	416	416
Destinação do lucro (prejuízo) do semestre					
Aumento de capital	200	-	(200)	-	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	416	(416)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.500	302	1.284	-	3.086

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais)

	2º. Semestre 2023	2023	2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	416	(2.816)	4.890
Ajustes para:			
Depreciação	120	219	192
Baixa de imobilizado	-	-	523
Provisão com perdas de crédito esperada	1.918	1.918	-
Provisão para contingências	47	47	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(369)	96	1.526
Constituição de créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social - diferidos	(754)	(754)	-
Varição nas contas de ativos e passivos			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(68.122)	(92.138)	-
Títulos e valores mobiliários	(848)	3.493	(3.475)
Rendas a receber	3.155	5.642	(4.683)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	754	754	-
Outros créditos	(7.090)	(7.114)	(76)
Depósitos	(97.444)	100.933	-
Obrigações tributárias	(687)	(957)	1.247
Obrigações trabalhistas	1.643	2.361	312
Credores diversos	766	826	2.723
Caixa gerado nas atividades operacionais	(166.494)	12.511	3.182
Imposto de renda e contribuição social pagos	(217)	(1.534)	(1.526)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(166.709)	10.980	1.655
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(290)	(561)	(832)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(290)	(561)	(832)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	(202)
Dividendos distribuídos	-	(261)	(559)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(261)	(761)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(166.998)	10.158	62
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	177.241	85	23
No final do exercício	10.243	10.243	85
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(166.998)	10.158	62

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). A Companhia foi constituída em 05 de junho de 2019 e seu registro perante a JUCESP ocorreu em 11 de setembro de 2019.

A Companhia tem sua sede na cidade e Estado de São Paulo, e tem por objeto social:

- (i) Subscriver isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- (ii) Intermediar a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- (iii) Comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;
- (iv) Encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários;
- (v) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e de pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- (vi) Exercer funções de agentes fiduciário;
- (vii) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos;
- (viii) Constituir sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- (ix) Realizar operação no mercado de câmbio, conforme legislação em vigor;
- (x) Realizar operações de conta margem, conforme regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xi) Realizar operações compromissadas;
- (xii) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xiii) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixa pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas áreas de competências;
- (xiv) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e
- (xv) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

1.1 Principais autorizações:

Em 9 de janeiro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia. recebeu autorização junto ao Banco Central do Brasil para operação como instituição financeira.

Em 19 de março de 2020, conforme Ofício CVM nº 243/2020, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro como representante de investidores não residentes, na forma prevista na Resolução CMN nº 4.373, de 29/9/2014.

Em 13 de abril de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro para exercer a atividade de Escriturador de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 17.808.

Em 2 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previsto na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme Ato Declaratório nº 18.073.

Em 17 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 452, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 18.093.

Em 12 de abril de 2021, conforme ofício nº 103/2021/CVM/SMI/GME, a Distribuidora recebeu autorização a prestar os serviços de custódia física de valores mobiliários não escriturais nos termos da Instrução CVM nº 542/2013.

Em 18 de outubro de 2021, a Distribuidora recebeu autorização pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviços de agente fiduciário.

Em 25 de outubro de 2022, a Companhia recebeu a qualificação pela B3 para atuar na qualificação à guarda física de ativos cartulares.

1.2 Gerenciamento de Capital – Limites operacionais (Acordo de Basiléia)

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pela Companhia atua em linha com sua estratégia e seu respectivo modelo de negócios. É compatível com a natureza de suas operações, e complexidade dos seus produtos, bem como a relevância de exposição a riscos e com a importância sistêmica da instituição.

No contexto de “Apuração dos Requerimentos Mínimos Exigidos”, são calculados os parâmetros destacados abaixo:

- Patrimônio de Referência (“PR”);
- Capital Principal;
- Patrimônio de Referência de Nível I, corresponde a soma do Capital Principal com o Capital Complementar;
- Ativos Ponderados pelo Risco (“RWA”), correspondente a soma das parcelas RWACPAD (risco de crédito mediante a abordagem padronizada), RWAMPAD (risco de mercado mediante a abordagem padronizada) e RWAOPAD (risco operacional mediante abordagem padronizada);
- Índice de Basileia (IB).

Para fins de apuração da parcela RWAOPAD, conforme classificação determinada na Circular 3.640/13 (BACEN), a instituição utiliza a abordagem do Indicador Básico.

O índice de basileia apurado para o exercício em 31 de dezembro de 2023 nos termos da regulação vigente é de 14,94%, demonstrando a boa capacidade da instituição de fazer frente aos riscos assumidos, quando comparado ao requisito mínimo do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de basileia da instituição:

	2023	2022
Capital Principal	3.081	3.730
Patrimônio de Referência Nível I	3.081	3.730
Excesso de Recursos Aplicado no Ativo Permanente	-	-

Patrimônio de Referência - (A)	3.081	3.730
Patrimônio de Referência Exigido (8%*B)	1.650	1.042
Adicional de Capital Principal	516	326
Exposição total ponderada pelo risco (RWA) - (B)	20.626	13.031
Risco de crédito (RWAcpad)	10.488	6.415
Risco operacional (RWAopad)	10.110	6.616
Risco de mercado (RWAMPad)	28	-
Índice de Basileia	14,94%	28,63%

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela REAG DTVM, quando aplicável:

- CPC 00 - R1 Pronunciamento conceitual básico (Res. 4.144/12)
- CPC 01 - R1 Redução ao valor recuperável de ativos (Res. 3.566/08)
- CPC 02 - R2 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (Res. 4.524/16)
- CPC 03 - R2 Demonstração dos fluxos de caixa (BCB 02/20 e Res. 3.604/08)
- CPC 04- R3 Ativo Intangível (Res. 4.534/16)
- CPC 05 - R1 Divulgação sobre partes relacionadas (BCB 02/20 e Res. 3.750/09)
- CPC 10 - R1 Pagamento baseado em ações (Res. 3.989/11)
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (Res. 4.007/11)
- CPC 24 - Evento subsequente (BCB 02/20 e Res. 3.973/11)
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Res. 3.823/09)
- CPC 27 - Ativo imobilizado (Res. 4.535/16)
- CPC 33 - R1 Benefícios a empregados (Res.4.877/20)
- CPC 41 - Resultado por ação (BCB 02/20 e Res 3.959/19)
- CPC 46 - Mensuração ao valor justo (Resolução CMN N.º 4.748/2019)

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 28 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional". Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM
- b) Instrumentos financeiros;
- c) Avaliação do valor recuperável de ativos;
- d) Apuração do resultado
- e) Caixa e equivalente de caixa
- f) Tributos
- g) Imobilizado
- h) Provisões
- i) Receita
- j) Lucro por ação
- k) Resultado recorrente e não recorrente
- l) Estimativa de valor justo

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (nota explicativas nº 5) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da REAG DTVM, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativamente e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela ANBIMA, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados pro rata dia, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia avalia na data de cada balanço, ou quando necessário, se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda”), e que aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, Companhia não identificou eventos que indicassem a redução de valor recuperável sobre seus ativos financeiros.

d) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros

pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

e) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (nota explicativa nº 4).

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas 2023	Alíquotas 2022
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%	16%
PIS	0,65%	0,65%
COFINS	4%	4%
ISSQN	Até 5%	Até 5%

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando se aumenta a vida útil ou o uso/funcionalidades dos bens, e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo da vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado é contabilizada em Despesas Administrativas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Receita

As taxas de administração são baseadas no desempenho (taxas de desempenho), reconhecidas pela prestação de serviços de gestão de ativos e calculadas com base na valorização do valor patrimonial líquido dos fundos, sujeitas a certos limites, como taxas internas de retorno ou taxas de saída, de acordo com os termos da constituição do fundo. As taxas de desempenho, que incluem contraprestação variável, são reconhecidas somente após uma avaliação dos fatos e circunstâncias e quando é altamente provável que a reversão significativa do valor da receita acumulada reconhecida não ocorra quando a incerteza for resolvida.

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, conforme demonstrado nas políticas de reconhecimento demonstrado abaixo:

- **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A seguir apresentamos a natureza e a época do cumprimento relacionadas as obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão e estruturação	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação de produtos financeiros desenvolvimentos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento
Administração e gestão dos ativos	Assessora seus clientes em todo os processos de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos de investimentos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão e administração cobradas pelos serviços prestados.
Assessoria e consultoria financeira	Oferecemos serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, joint ventures e reestruturação societária.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato.

j) Lucro por ação

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de os potenciais ações ordinárias diluidoras.

k) Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o período de divulgação, não foram identificados eventos considerados como resultado não recorrentes.

l) Estimativa de valor justo

A Companhia classifica o valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os ativos ou passivos remanescentes.
- o valor justo de contratos futuros de taxas de inflação (como arrendamentos) com base nas taxas de inflações futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	31 de dezembro de 2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurações ao valor justo				
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	92.138	-	92.138
Títulos e valores mobiliários	-	1.245	-	1.245
Total do ativo	-	93.382	-	93.392

	31 de dezembro de 2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurações ao valor justo				
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	4.738	-	4.738
Total do ativo	-	4.738	-	4.738

4. Gerenciamento de riscos

A Administração da Companhia adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações financeiras são mantidas com o objetivo de minimizar o risco de crédito dos ativos da Companhia, bem como proporcionar o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia.

a) Processo de Gestão de Riscos

A atividade de riscos é regida por princípios alinhados com a estratégia e o modelo de negócio adotado pela instituição, considerando as recomendações dos órgãos supervisores, reguladores e as melhores práticas do mercado.

Todos os funcionários devem estar cientes de suas responsabilidades na identificação, gestão e reporte dos riscos, entendendo os riscos gerados por suas atividades diárias.

O processo de governança de risco segue os princípios do modelo das três linhas de defesa, onde são atribuídas com clareza as responsabilidades de cada uma das linhas.

Gestores (1º. Linha de Defesa): Representada pelos gestores das unidades de negócio e de suporte, os quais gerenciam e implementam as ações para monitoramento e mitigação dos riscos associados aos processos sob sua responsabilidade.

Riscos, Controles internos e Compliance (2º. Linha de Defesa): Composto pelas equipes de Riscos, Controles Internos e Compliance, são responsáveis pela definição e implementação dos métodos para identificação, avaliação e monitoramento da aderência dos processos aos níveis de exposição ao risco aceitos pela Reag DTVM.

Auditoria interna e externa (3º. Linha de Defesa): Provê a verificação e avaliação independente e periódica quanto à eficácia dos processos e procedimentos estabelecidos para controle e gerenciamento dos riscos, incluindo grau de exposição e adequação da estrutura do sistema de controles internos.

As políticas de gestão de riscos são analisadas e aprovadas Diretoria Executiva e a Reag DTVM constitui Comitê de Riscos para monitoramento, mitigação, gerenciamento e deliberação dos riscos assumidos.

A Instituição também divulga anualmente o relatório de gerenciamento de riscos (Relatório Pilar 3), o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos, assim como demais informações qualitativas. Este relatório está disponível no site da Reag DTVM (<https://www.reag.com.br/>)

Riscos

Os principais riscos aos quais a instituição está exposta são descritos nos itens a seguir:

Risco Reputacional

O risco de reputacional está associado a possibilidade de danos à reputação por ocorrência de fatos ou notícias que venham repercutir de forma negativa junto a clientes, reguladores, mercado, parceiros e demais partes afetadas direta ou indiretamente pela companhia. O risco reputacional abrange os riscos de qualidade, conduta, comunicação, relacionamento com terceiros e de integridade.

A companhia adota como diretriz para o seu processo decisório prezar pela preservação da imagem, reputação e perenidade da instituição.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das suas posições detidas, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Para o monitoramento de risco de mercado a instituição utiliza relatórios diários contendo exposições, VaR e Stress e outras medidas de monitoramento:

- Value At Risk (VaR): é o valor em risco de uma carteira e pode ser entendido como uma estimativa de perda máxima em condições normais de mercado, dado um nível de confiança estatístico de 95% de certeza para o horizonte de tempo de 1 dia.
- Stress é um método para medir potenciais perdas advindas de eventos extremos de mercado, através de projeções de cenários críticos e de baixa probabilidade.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na incapacidade em honrar efetivamente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas. Assim como a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado ou descontinuidade no mercado.

O monitoramento do risco de liquidez está baseado no gerenciamento do fluxo de caixa projetado, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez, e em simulações considerando cenários adversos.

Para os veículos de investimento administrados pela instituição, o risco de liquidez é monitorado e situações de rompimentos são reportadas ao Gestor para elaborar o devido plano de ação.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador e à redução de ganhos ou remunerações. O risco de crédito também abrange o risco de concentração em operações com características semelhantes ou em contrapartes com risco de crédito compartilhado.

A instituição avalia e monitora o risco de crédito para suas exposições e as exposições de veículos instrumentos de investimento administrados.

Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de perdas resultantes de eventos externos e internos. Esses podem ser decorrentes de falhas nas operações, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, produtos, serviços, ou conduta no relacionamento com clientes, fornecedores e colaboradores (demandas trabalhistas, segurança no local de trabalho), danos a ativos físicos próprios ou em uso e situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição. Assim como perdas associadas a descumprimento de dispositivos legais ou normas, deficiências na formalização de contratos firmados e instrumentos de garantia, multas e indenizações por danos a terceiros.

A metodologia utilizada para identificação dos riscos está relacionada as técnicas de autoavaliação RCSA (Risk Control Self Assessment) e análise de processos (fluxogramas e manuais de procedimentos). Estas técnicas são aplicadas periodicamente, visando identificar os eventos de risco, as causas potenciais e a avaliação do nível do risco (impactos versus probabilidade).

Os riscos são então avaliados pelos gestores das áreas, segundo a matriz de impacto e probabilidade. A revisão dos referidos limites ocorre anualmente ou na eventualidade de acontecerem mudanças relevantes nas condições de mercado, ou na estratégia do negócio.

Risco Socioambiental e Climático

O risco socioambiental e climático está associado a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados:

- à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;
- à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- ao processo de transição para uma economia de baixo carbono;
- a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Os fatores socioambientais são considerados relevantes para os negócios da Companhia, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo. A Instituição realiza os mapeamentos de processos, riscos e controles, assim como acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema, registro das ocorrências em sistemas internos e reporte dos riscos avaliados.

5. Disponibilidades

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósitos bancários	634	85
Depósitos bancários de terceiros (a)	9.609	-
	<u>10.243</u>	<u>85</u>

(a) Depósitos bancários de terceiros é a operação em conta corrente a qual a Companhia recebe determinada

quantia, comprometendo-se a mantê-lo sob sua guarda e se obrigando a restituí-la, na mesma espécie, imediatamente quando solicitado pelo depositante.

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Letras do Tesouro Nacional	92.138	-
	<u>92.138</u>	<u>-</u>

Os investimentos em aplicações interfinanceiras de liquidez efetuados pela Companhia são de natureza de outros ativos de renda fixa, praticadas com taxa Selic, o qual a Companhia possui a intenção de utilizar de forma imediata.

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cotas de fundos de investimentos (*)	1.245	4.738
	<u>1.245</u>	<u>4.738</u>

(*) As contas de fundos de investimentos em multimercado possuem liquidez imediata e estão apresentadas a seguir:

Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 31/12/2023	Valor Total
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.220.919	1,019	1.245
				<u>1.245</u>

Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 31/12/2022	Valor Total
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	4.557.698	1,040	4.738
				<u>4.738</u>

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. possui em sua estrutura o fundo exclusivo REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado. O objetivo precípua do FUNDO é atuar no sentido de proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros. A alocação do FUNDO deverá obedecer às limitações previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor, principalmente no que tange a categoria a que o FUNDO pertence. Para os fins deste Regulamento, consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no §5º do artigo 2º da Instrução CVM nº 555/14.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O fundo iniciou as operações em 2021 e abaixo apresentamos a composição da carteira findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>%</u>
Cotas de fundos	44	3,538%	4.236	85,466%
Disponibilidades	1.201	96,486%	721	14,539%
Valores a pagar	0	-0,024%	160	-3,234%
Valores a receber	0	0,000%	160	3,229%
	<u>1.245</u>	<u>100%</u>	<u>5.277</u>	<u>100%</u>

O fundo possui cotas de outros fundos, cujo perfil é aplicação de seu patrimônio líquido em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis nos mercados financeiro e de capitais em geral, sem o compromisso de concentração, mesmo que indiretamente, em nenhum mercado, ativo ou fator de risco específico.

8. Rendas a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços prestados a receber	312	5.954
Provisão para perdas de créditos esperadas	(15)	-
	<u>297</u>	<u>5.954</u>

O aging list dos valores a receber está demonstrado abaixo:

<u>Aging list</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	-	5.154
Vencidos entre 1 a 30 dias	81	287
Vencidos entre 31 a 60 dias	84	271
Vencidos entre 61 a 90 dias	33	-
Vencidos entre 91 a 120 dias	4	84
Vencidos entre 120 a 180 dias	110	-
Vencidos entre 180 a 360 dias	-	158
Vencidos acima de 360 dias	-	-
Provisão para perdas de créditos esperadas	(15)	-
	<u>297</u>	<u>5.954</u>

A Avaliação de perda de crédito é realizada para a carteira de clientes, e quando necessário, é constituída com base em análises de risco de crédito, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias leais para os débitos e avaliação dos consultores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído uma provisão no valor total de R\$ 15 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram constituídas provisões para perdas de créditos esperadas.

9. Outros créditos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de salários	916	-
Impostos recolhidos a maior	7	-
Outros pagamentos (a)	4.162	-
Premios de seguro	277	151
	<u>5.362</u>	<u>151</u>

(a) Refere-se a valores a receber de clientes inerente a operação da Companhia e despesas antecipadas pagas por conta e ordem que serão reembolsadas.

O aging list dos valores a receber está demonstrado abaixo:

	<u>Total por faixa</u>	<u>%</u>	<u>Provisão</u>
Vencidos entre 0 a 14 dias	2.652	0,5%	(13)
Vencidos entre 15 a 30 dias	89	1,0%	(1)
Vencidos entre 31 a 60 dias	1.117	3,0%	(34)
Vencidos entre 61 a 90 dias	265	10,0%	(26)
Vencidos acima 91 a 120 dias	72	30,0%	(21)
Vencidos acima 121 a 150 dias	59	50,0%	(29)
Vencidos acima 151 a 180 dias	113	70,0%	(79)
Vencidos acima de 180 dias	1.699	100,0%	(1.699)
	<u>6.066</u>		<u>(1.903)</u>

A avaliação de perda de crédito é realizada com base nos valores classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CVM), que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação é realizada periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído uma provisão no valor total de R\$ 1.903 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram constituídas provisões para perdas de créditos esperadas.

10. Imobilizado

Segue a movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Instalações	10%	-	32	-	32
Equipamentos	10%	957	530	-	1.487
		957	562	-	1.519
Depreciação		Saldo em 31/12/2022	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Instalações		-	(1)	-	(1)
Equipamentos		(208)	(218)	-	(426)
		(208)	(219)	-	(427)
Total Líquido		749	342	-	1.091
Custo do imobilizado	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Instalações	10%	136	177	(313)	-
Moveis	10%	285	93	(378)	-
Equipamentos	10%	395	562	-	957
		816	832	(691)	957
Depreciação		Saldo em 31/12/2021	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Instalações		(20)	(22)	42	-
Moveis		(87)	(39)	126	-
Equipamentos		(76)	(132)	-	(208)
		(183)	(193)	168	(208)
Total Líquido		633	639	(523)	749

11. Depósitos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósitos	100.933	-
	<u>100.933</u>	<u>-</u>

O saldo apresentado em depósitos é composto por valores mantidos por terceiros em contas de pagamento da Companhia por conta e ordem de terceiros aplicados em operações financeiras. A Companhia mantém sob sua guarda e se obrigada a restituir os seus clientes, na mesma espécie, imediatamente quando solicitado pelo depositante.

12. Obrigações tributárias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para IRPJ e CSLL	-	852
ISS	138	173
COFINS	246	335
PIS	40	54
Impostos retidos	60	27
	<u>484</u>	<u>1.441</u>

13. Obrigações trabalhistas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários	950	258
Impostos e contribuições	957	166
Férias	667	141
INSS e FGTS	460	107
	<u>3.034</u>	<u>673</u>

14. Credores Diversos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores (a)	4.156	3.389
Fornecedores – Partes relacionadas (NE 17)	72	12
	<u>4.227</u>	<u>3.401</u>

(a) Refere-se a valores a pagar de fornecedores diversos inerente a operação da Companhia, tais como: compras de equipamentos e licença de software no valor total de R\$ 2.046 (R\$ 1.931 em 31 de dezembro de 2022), auditoria no valor total de R\$ 141, seguro patrimonial no valor de R\$ 108 (R\$ 104 em 31 de dezembro de 2022), despesas de ocupação no valor total de R\$ 693, adiantamentos de fundos no valor total de R\$ 634, entre outros fornecedores no valor total de R\$ 534 (R\$ 1.354 em 31 de dezembro de 2022).

15. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- .Ações cíveis: correspondem a R\$ 47 em 31 de dezembro de 2023 e consistem em execução fiscal ajuizada pela Comissão de Valores Mobiliários.

Perdas possíveis não provisionadas

A Companhia não possui processos de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia é de R\$ 1.500 (R\$ 1.300 em 31 de dezembro de 2021), divididos em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 31 de agosto de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital social no valor de R\$ 200, mediante a utilização de parte do saldo de lucros acumulados de exercícios anteriores demonstradas no Balanço Patrimonial de 30 de junho de 2023.

Em 24 de março de 2022, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 500, mediante a transferência do saldo de reservas de lucros. Desta forma o capital social da Companhia é de R\$ 1.300, dividido em 800.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

b) Resultado do exercício

No período findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou prejuízo de R\$ 2.817 (lucro líquido de R\$ 4.890 em 31 de dezembro de 2022).

c) Reserva legal

A Reserva legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 302.

d) Reserva de lucros para investimentos

Conforme estatuto social, o saldo remanescente após a constituição da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios ficará à disposição da Assembleia que decidirá sua destinação, podendo, inclusive, mantê-lo em uma das contas de reserva prevista nos artigos 194 a 194 da Lei 6.404/76. Desta forma, em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva de lucros era de R\$ 1.284 (R\$ 4.100 em 31 de dezembro de 2022).

e) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme ata de reunião da diretoria realizada em 29 de março de 2022, os diretores da Companhia aprovaram, sem qualquer ressalva, a distribuição de dividendos para a acionista, no valor de R\$ 958. Em 31 de dezembro de 2023 não foram pagos juros sobre capital próprio e em 31 de dezembro de 2022 foram pagos o valor de R\$ 265.

17. Receitas da intermediação financeira

	<u>2º. Semestre</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas por valorização de cotas (*)	2.759	5.638	201
	<u>2.759</u>	<u>5.638</u>	<u>201</u>

(*) Refere-se à valorização das cotas que a Companhia possui, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

18. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2º. Semestre</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas de prestação de serviços			
Receita de administração de carteira de clientes (a)	34.432	53.068	34.237
Receita de assessoria financeira	5	10	-
	<u>34.437</u>	<u>53.078</u>	<u>34.237</u>
Despesas de pessoal			
Benefícios e treinamentos	(3.974)	(5.970)	(2.036)
Encargos sociais	(2.609)	(3.538)	(1.066)
Proventos	(7.361)	(10.460)	(3.049)
Outros	(432)	(432)	(1)
	<u>(14.376)</u>	<u>(20.400)</u>	<u>(6.152)</u>
Despesas administrativas			
Aluguel e condomínio	(3.445)	(6.051)	(3.884)
Despesa de água e energia	(273)	(479)	(294)
Despesa de manutenção	(1.276)	(2.304)	(2.023)
Despesa de licença de uso de software (d)	(3.122)	(6.130)	(3.323)
Despesa de desenvolvimento	(1.551)	(2.950)	(1.289)
Serviços de terceiros (b)	(2.669)	(6.541)	(5.468)
Despesa de comunicação	(172)	(360)	(569)
Despesa de materiais	(210)	(481)	(242)
Depreciação	(138)	(237)	(194)
Seguros	(54)	(90)	(40)
Outras despesas	(2.725)	(4.827)	(2.104)
Despesas com intermediação financeira	(2.846)	(4.153)	-
Provisão com perdas de crédito esperada	(1.165)	(1.902)	-
Provisão para contingências	(47)	(47)	-

	(19.693)	(36.552)	(19.430)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas tributárias (c)	(2.200)	(3.607)	(2.493)
Outras receitas (despesas) operacionais (e)	(1.631)	(1.631)	53
	(3.831)	(5.238)	(2.440)
	(3.463)	(9.112)	6.215

(a) Refere-se ao gerenciamento da carteira de investimentos em operações financeiras diversas.

(b) Refere-se a serviços de auditoria externa, serviços de contabilidade e serviços jurídicos.

(c) Refere-se a tributos sobre o faturamento de receitas de prestação de serviço.

(d) Refere-se a licença de uso de software, para operação da Companhia.

(e) Refere-se a despesas compartilhadas com empresas do mesmo grupo econômico conforme contrato firmado entre as partes.

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

	2º. Semestre	31/12/2023	31/12/2022
Lucro real antes da compensação	1.911	329	3.780
Devido IRPJ (15%)	287	40	567
Adicional (10%)	173	11	354
Total de IRPJ	460	51	921
Lucro real antes da compensação	1.911	329	3.780
Devido CSLL (15% em 2023 e 16% em 2022)	287	44	605
Total de IRPJ	287	44	605
Total de IRPJ e CSLL	747	96	1.526

19.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ (baixa)	Saldo em 31/12/2023
Diferenças temporárias	-	754	754
Prejuízos fiscais	-	-	-
Base negativa de contribuição social	-	-	-
	-	754	754

Demonstramos abaixo o período estimado de realização

	31/12/2023	
	Valor contábil	Valor presente
2.024	-	-
2.025	251	225
2.026	251	225
2.027	252	225
	754	675

20. Transações com partes relacionadas

20.a Transações

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui saldos de fornecedores a pagar (NE 13) com suas partes relacionadas, o qual se refere a compras de equipamentos de informática:

	2023	2022
REAG Asset	-	3
REAG Administradora	-	9
REAG Gestão de Fundos Estruturados	11	-
RGR Partners	61	-
	72	12

20.b Remuneração do pessoal-chave

Os administradores da Companhia não receberam remuneração fixa ou variável durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

21. Eventos Subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base de 31 de dezembro de 2023 das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

22. Resultados não recorrentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram transações que gerassem resultados não recorrentes.

23. Outros assuntos

Resolução CMN nº 4.966/21

A nova resolução substitui, principalmente, a resolução CMN nº 2.682/99 – que define a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras desde 1999 – e também as circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03 (emitidas pelo Bacen), aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários.

A nova regulamentação entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. No entanto, as instituições financeiras devem preparar e deixar à disposição do Banco Central um plano de adequação até 31 de dezembro de 2022 (conforme resolução CMN 5.019/22), estabelecendo os ajustes necessários e potenciais impactos para adaptação à nova resolução. Esses ajustes podem ser a revisão no ambiente de sistemas e das políticas e práticas de mensuração das provisões para perdas esperadas em todos os instrumentos financeiros da instituição; mudança nos modelos de negócios em relação aos produtos financeiros; possível necessidade de aumento e especialização do quadro de profissionais, entre outros.

A Companhia revisa de forma tempestiva a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estando desta forma apta para a aplicação desta resolução a partir de 1º de janeiro de 2025.

Decisão do STF sobre a quebra dos efeitos da coisa julgada

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente.

Confirmamos que não foi identificada na Companhia exposição em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foi necessária em 31 de dezembro de 2023 ou em exercícios anteriores.

Resolução CMN nº 5.116/24

A resolução CMN nº 5.116/24 vem a alterar a resolução CMN nº 4.842/20, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Parágrafo único. O disposto nesta Resolução não se aplica às administradoras de consórcio, às instituições de pagamento, às sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e às sociedades corretoras de câmbio, que devem observar a regulamentação emanada do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições legais."

A nova regulamentação entra em vigor a partir de 1º de março de 2024.

A Administração da Companhia avaliou a nova resolução e irá aplicar as mudanças necessárias e caso aplicável para as informações do período subsequente.
